



## POR ABRIL – CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO

### RESOLUÇÃO

#### **PÔR O GOVERNO NA RUA!**

#### **ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA**

#### **LUTAR PELA ALTERNATIVA POLÍTICA, DE ESQUERDA E SOBERANA**

O prosseguimento e aprofundamento da política de direita conduziram Portugal para um ciclo vicioso e destrutivo de exploração, empobrecimento, recessão e deterioração da vida dos trabalhadores e do povo.

O Governo do PSD/CDS-PP não só mantém o país amarrado ao programa de agressão das troikas, prolongando a asfixia financeira, o crescimento galopante da dívida pública, a queda vertiginosa do investimento e da produção de riqueza, o aumento dramático do desemprego e a deterioração acelerada das condições de vida das famílias, como avança agora com um Orçamento de Estado para 2014 que agrava ainda mais a situação intolerável em que o país, os trabalhadores e o povo se encontram.

Este Orçamento de Estado constitui um autêntico assalto aos rendimentos dos trabalhadores e dos reformados e pensionistas. É um OE que confirma a continuação do roubo dos salários e das pensões, do aumento dos impostos sobre os trabalhadores e pensionistas, acrescentando mais cortes salariais, despedimentos em massa e a descapitalização e degradação de serviços públicos essenciais e das funções sociais do Estado. É um OE que serve exclusivamente os interesses predadores dos grupos económicos e financeiros, consubstanciado numa fabulosa transferência dos rendimentos do trabalho e das famílias para o capital, a par de uma tremenda ofensiva ideológica contra a Escola Pública para todos, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social Universal e Solidária.

Por sua vez, o patronato, sentindo-se apoiado e incentivado pelo Governo que representa os seus interesses, recorre a todos os meios, métodos e práticas de coacção, impondo a repressão nos locais de trabalho, a violação e desrespeito dos direitos laborais e sociais, o bloqueamento da contratação colectiva, os baixos salários, o congelamento do salário mínimo nacional e as más condições de trabalho, a precariedade laboral, os despedimentos colectivos e individuais, os salários em atraso ou o seu pagamento de forma irregular, o roubo dos dias feriados, entre muitos outros exemplos das suas inúmeras malfeitorias.

São cada vez mais os trabalhadores e os portugueses em geral que se levantam contra esta política ao serviço do grande capital, e contra o Governo que a executa, que usa a mentira, o roubo e a exploração, como instrumentos de autêntico terrorismo político e social.

A ignóbil chantagem que o Governo tem desencadeado contra o povo português, as manobras provocatórias, ilegais e antidemocráticas que culminaram na tentativa frustrada de impedir esta grandiosa manifestação e concentração, o confronto permanente com a Constituição da República, com as Liberdades Democráticas e os princípios, valores e conquistas de Abril, põem a nu a natureza fascizante deste Governo e colocam na ordem do dia a sua urgente demissão e depósito no caixote do lixo da História.

Perante a situação de calamidade social e económica que o país está a viver, não se pode deixar de responsabilizar, pessoal e politicamente, o Presidente da República. Com o seu expresso apoio e incentivo a todos estes «programas» antidemocráticos, predadores dos direitos dos trabalhadores e do povo e dos interesses do país, o Presidente da República é cúmplice na derrocada do país para o abismo e é conivente com a política de terrorismo social praticada pelo governo do PSD/CDS-PP.

#### **É preciso dizer Não! BASTA de exploração e empobrecimento!**

Quando se completarem os três anos de aplicação do programa de agressão, o montante do saque efectuado aos trabalhadores e ao povo ascenderá a mais de 20 mil milhões de euros, transferidos directamente dos rendimentos do trabalho e das pensões de reforma para os bolsos dos grupos económicos e dos especuladores financeiros.

Apesar deste monumental programa de roubos em larga escala, o défice mantém-se elevado, os juros continuam a ser incomportáveis e a dívida aumenta, tornando-se impagável. Os enormes sacrifícios dos trabalhadores e das famílias de nada valeram, a vida é cada vez mais difícil, milhares de pessoas são lançadas, todos os dias, para o desemprego, a miséria e a exclusão social.

Os trabalhadores, o povo e o país não estão condenados a alienar o presente e a hipotecar o futuro. Há soluções para libertar Portugal da ingerência estrangeira e dos mercados agiotas que semeiam a miséria e assumir um rumo vinculado aos valores de Abril, de crescimento económico e de progresso social: renegociar a dívida pública, nos seus juros, prazos e montantes; aumentar os salários, incluindo a actualização do SMN, bem como as reformas, para dinamizar o consumo e fazer crescer o mercado interno; aumentar a produção nacional para criar emprego e diminuir as importações; investir na industrialização para criar riqueza; pôr fim às privatizações de empresas e sectores estratégicos, taxar os lucros dos accionistas, dos grandes grupos económicos e da banca, acabar com os benefícios fiscais e os *offshore*.

É preciso acabar com a política de direita e romper com o programa de agressão, porque só mudando de política e libertando o país do garrote da troika, é possível construir uma política alternativa, e uma alternativa política, de Esquerda e Soberana que possibilite o desenvolvimento e o progresso social.

Os participantes nas Marchas Por Abril – Contra a Exploração e o Empobrecimento, em Lisboa e no Porto, estão conscientes que com este Governo o país não tem um futuro.

Por isso, decidem:

- **Saudar os trabalhadores e trabalhadoras dos sectores privado, público e empresarial do Estado, bem como os desempregados, os pensionistas e reformados, os jovens** que trabalham em situação precária e que, resistindo com grande coragem e determinação à violenta ofensiva capitalista, ultraliberal e conservadora, têm lutado vigorosamente nos locais de trabalho e nas ruas, exortando-os a reforçarem a unidade de acção e a assumir o compromisso de prosseguir e intensificar a luta pelo aumento dos salários e das pensões, pelo emprego e defesa dos direitos laborais e sociais, pela derrota definitiva deste Governo e da política de direita;
- **Exigir do Presidente da República que respeite e assuma os seus deveres constitucionais**, interrompendo o rumo de Portugal para o abismo, o que obriga à **demissão urgente do Governo e a convocação de eleições antecipadas**, para devolver ao povo o poder de decidir sobre o seu presente e futuro. Esta exigência constitui uma prioridade de todos quantos defendem um Portugal Democrático, de Progresso e Justiça Social;
- Apelar ao movimento sindical, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, ao povo português, que assumam, desde já, o máximo empenho na mobilização para as lutas já convocadas para os próximos dias, designadamente:
  - **As lutas nos sectores dos transportes, no Metro, Soflusa, Transtejo, Carris, de 31 de Outubro a 9 de Novembro**, contra a redução da retribuição e pela defesa da contratação colectiva, o combate à degradação do serviço público e o encarecimento dos preços a pagar pelos utentes; **a luta dos Enfermeiros**, com as greves nacionais parciais que estão a realizar-se até 22 de Outubro; **a luta dos trabalhadores dos CTT que, no dia 25 de Outubro**, estarão a lutar contra a privatização da empresa, a defender os seus direitos e os direitos da população a ter um serviço público postal;
  - **A Greve Nacional dos trabalhadores da Administração Pública, no dia 8 de Novembro**, contra os roubos dos salários, a defesa dos direitos, o combate à prepotência e às ilegalidades do Governo, pela defesa de melhores serviços públicos;
  - **A realização de uma grande concentração, no dia 1 de Novembro, às 10 horas, na Assembleia da República**, para rejeitar a proposta de Orçamento de Estado que neste dia vai estar à votação e para protestar contra o roubo do feriado neste dia 1º de Novembro, **pela exigência de demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas**.

## **Contra a Exploração e o Empobrecimento**

### **Afirmar Abril!**

**Emprego – Salários – Direitos – Funções Sociais do Estado – Serviços Públicos**